

A ATUAÇÃO DE POPULAÇÕES NEORRURAIS EM ATIVIDADES SUSTENTÁVEIS: UM ESTUDO DE CASO DO GRUPO *ORGÂNICOS* *DA MANTIQUEIRA*

NÁDIA JAROUCHE AUN
LUIS ANTÔNIO CABELLO NORDER
GIOVANNA GARCIA FAGUNDES

RESUMO *Este artigo propõe uma discussão sobre populações neorrurais e suas formas de atuação. Discutem-se as novas formas de ocupação do espaço rural e as múltiplas funções que lhe são atribuídas. Analisa-se a construção das novas ruralidades como formas diferenciadas de ocupar um espaço. Também são apontadas as diferenças que se estabelecem entre rural e urbano, e como a atribuição de significados influencia a formação dos espaços. Finalmente, estuda-se a ocupação do rural a partir das peculiaridades produtivas e organizacionais de populações (neorrurais e rurais locais) através da agricultura de base ecológica.*

PALAVRAS - CHAVE *Ruralidades. Neorrurais. Multifuncionalidade. Agricultura Orgânica.*

THE INVOLVEMENT OF NEO-RURAL POPULATION IN SUSTAINABLE ACTIVITIES: THE CASE OF THE *ORGANICOS DA* *MANTIQUEIRA* GROUP

ABSTRACT *This paper discusses the characteristics of the neo-rural population and their forms of action. It is discussed the new forms of occupation of rural areas and the multiple functions assigned to it. It analyses the construction of the new ruralities and the different ways of occupying the land. It also underlines the differences between rural and urban and how their meanings can influence social construction. At last, the land occupation is studied taking into account*

the peculiarities of the population (new and local) related to the productive and organizational aspects within organic agriculture.

KEY WORDS *Ruralities. Neo-rural population. Multifunctional agriculture. Organic agriculture.*

INTRODUÇÃO

As novas formas de ocupação do rural têm sido objeto de inúmeras pesquisas nos últimos anos. A expressão novas ruralidades abrange situações diversas, desde aquelas em que o agricultor resolve mudar suas práticas e técnicas relacionadas à produção agrícola até aquelas em que há um esvaziamento do espaço rural provocado pelo êxodo. Também se refere ao caso das populações neorrurais, aquelas procedentes de centros urbanos que promovem uma reocupação do espaço rural, com ou sem histórico de vida no campo, e que buscam uma nova forma de atuação econômica ou um espaço para lazer, uma mudança em seu estilo de vida e de interação social (BRANDEMBURG, 2005).

Historicamente, o espaço rural foi marcado por movimentos de êxodos mais intensos logo após as guerras mundiais, em sua maioria motivados pelo crescimento de zonas urbanas e promovido por políticas de estímulo à industrialização, algo bastante intenso no caso brasileiro. A partir de 1960, o rural passa a ser retratado como um lugar de incertezas e inseguranças, devido ao seu tipo de inserção econômica, baseado em processos de trabalho fisicamente desgastantes, ligado a prejuízos financeiros oriundos da instabilidade de produção, acesso precário à educação, saúde, eletrificação e demais políticas públicas. Desta forma, uma expressiva parcela da população rural intensifica a buscar oportunidades de trabalho em áreas urbanas.

No entanto, há uma forte tendência no sentido de se romper com essa perspectiva a partir de uma reconstrução/ressignificação do rural. Existe um movimento de retorno ao campo fundamentado em um conjunto de novos fatores: busca

por qualidade de vida, proteção ao meio ambiente, vinculação com novas formas de organização social, o ideal de construção de um novo projeto de vida, o estímulo de atuar com agricultura sustentável, entre outros. Há, em inúmeras regiões, uma reinvenção do meio rural já que “o espaço rural já não é redutível à função agrícola, nem está irremediavelmente sujeito a caprichos do crescimento”(PEIXOTO, 2004, p.2).

Este artigo pretende fazer uma discussão sobre a importância das populações neorrurais e suas formas de atuação, tendo como base o estudo de caso realizado junto a um grupo de agricultores de base ecológica, chamado *Orgânicos da Mantiqueira*, localizado no município de Gonçalves (MG).

O objetivo é aprofundar a análise sobre as características das populações neorrurais, consideradas personagens importantes neste momento de transformação do espaço rural brasileiro. Para tanto, será inicialmente apresentado um estudo sobre suas características e especificidades, bem como a forma como se organizam e desenvolvem suas atividades econômicas ligadas à agricultura de base ecológica, ao turismo e à recreação. O segundo item aborda os fluxos migratórios que possibilitam a construção das novas ruralidades e a nova configuração do conceito de urbano. Em seguida, na terceira parte, será estudada a formação de grupos sociais, as formas de articulação entre atores de universos distintos, mas que passaram a desenvolver ações em conjunto. Os dois itens finais são reservados ao estudo de caso dos *Orgânicos da Mantiqueira* e suas interações com o município onde estão inseridos e às considerações finais.

A metodologia utilizada para o desenvolvimento deste estudo contou com elementos presentes na pesquisa qualitativa, uma vez que o objetivo principal era analisar uma categoria social específica que vem ocupando o ambiente rural, como forma de desenhar a comunidade em termos de organização e relações. A etnografia foi o principal método de pesquisa. Assim, formularam-se questionários semiestruturados, roteiros para um diálogo

informal, realizaram-se visitas às propriedades e conduziu-se uma proposta de vivenciar por alguns meses a rotina diária de produtores e da instituição. Foram oito meses de trabalho de campo com o grupo no município de Gonçalves (MG), na região sul do estado. O público envolvido na pesquisa compreendeu quinze produtores rurais, um administrador dos *Orgânicos da Mantiqueira*, nove proprietários de empreendimentos comerciais (restaurantes, loja de doces e geleias, pousada/hospedaria, casas de chá e café), um técnico da Emater, dois representantes do Contur (Conselho de Turismo de Gonçalves); totalizando um universo de 28 pessoas entrevistadas.

Foi também pesquisado no município a percepção social em relação ao Grupo *Orgânicos da Mantiqueira* e como essa organização se relaciona com os empreendimentos e os diversos públicos locais. Assim, levantaram-se informações com os turistas e compradores de redes de comercialização de produtos orgânicos, que foram entrevistados de maneira informal quando estavam visitando o espaço da feira de produtores ou em alguma outra oportunidade durante a pesquisa de campo no município.

AS NOVAS RURALIDADES E SEUS PERSONAGENS: OS “NEORRURAIS”

“...o surgimento de um novo conceito assinala a emergência de novas forças sociais” (A. Guiddens)

O termo neorrural foi inicialmente utilizado na França para denominar pessoas que mudavam suas habitações de centros urbanos para o campo. Giuliani (1990) define o neorruralismo e faz um estudo comparativo do movimento iniciado na França com os “novos rurais” no Brasil. Segundo o autor, o movimento de retorno ao campo, sob o prisma habitacional, na França, era apoiado por medidas governamentais que buscavam a descentralização das instalações industriais e também a

reocupação do espaço rural com atividades agrícolas. Já no Brasil, o movimento de cidadãos em direção ao campo foi motivado, principalmente, pela insatisfação em relação à vida urbana e pôde contar ou não com apoio financeiro ou estímulo produtivo oferecido pelo Estado.

As populações neorrurais serão aqui caracterizados como atores procedentes de centros urbanos que promovem uma reocupação do espaço rural, desenvolvem atividades econômicas agrícolas e/ou não agrícolas, com ou sem histórico de vida rural e que estabelecem habitação principal ou secundária no campo. Mais adiante, veremos que os neorrurais são uma categoria dentro do universo dos novos atores que habitam o espaço rural e que, portanto, participam da construção das novas ruralidades.

Segundo diversos autores, a reocupação do rural no Brasil surge em um contexto histórico bem específico. Brandenburg (2005), Carneiro (1998), Veiga (2001), entre outros, analisam o surgimento dos movimentos de contestação à agricultura moderna/convencional e a formação de grupos que passam a defender seus espaços baseados em modelos produtivos alternativos, mas que têm como “mote” à preservação do ambiente natural. Esses grupos surgem, durante a década de 1960, junto com os movimentos de contestação política que começam a eclodir na Europa e Estados Unidos, principalmente. No Brasil, é na década de 1970 que aparecem as primeiras manifestações no campo relacionadas à produção agrícola de base ecológica.

Carneiro (1998) afirma que se tratava de um movimento iniciado de forma tímida na década de 1970 e que vai tomar corpo nos anos 1990 com a ampla divulgação do “pensamento ecológico”, que tem seus fundamentos pautados na crescente falta de trabalho ou pela intensa exploração de mão de obra que marcam os centros urbanos mais industrializados. Os atores que promoveram este movimento são guiados, segundo a autora, por uma reorientação da forma de produção no campo onde a natureza é vista como algo purificador por aqueles que vêm das cidades, um local que pode produzir alimentos saudáveis,

proporcionar entretenimento e novas formas de relações sociais. “O contato com a natureza é, então, realçado por um sistema de valores alternativos, neo-ruralista e antiprodutivista” (CARNEIRO, 1998, p.57).

É nesse contexto que Brandenburg (2005) propôs o termo novas ruralidades para expressar as diferentes formas de se ocupar o rural. Maria José Carneiro também considera que esta ocupação é realizada por diversos grupos sociais, que buscam novas opções em ambientes mais próximos à natureza. No geral são procedentes de centros urbanos, com ou sem histórico de vida rural ou agrícola, e que buscam outra opção de atuação econômica e uma mudança em seu modo de vida ou de interação social. “Nesse sentido não se pode falar de ruralidade em geral; ela se expressa de formas diferentes em universos culturais, sociais e econômicos heterogêneos” (CARNEIRO, 1998, p.53).

No entanto, a discussão sobre as novas ruralidades também pode ser estendida àqueles que permanecem no campo, resistentes à modernização da agricultura e que não são atraídos pelas ofertas de trabalho nos centros urbanos. São pessoas que vislumbram novas possibilidades de crescimento econômico e social dentro de um rural reformulado, seja pelo turismo, pela agricultura de base ecológica, pela criação de áreas de preservação ou pelo retorno de familiares que saíram em direção às cidades e que voltam trazendo consigo uma nova concepção sobre o rural.

É possível afirmar, portanto, que a reconstrução do rural surge em contextos diversos nos quais atores de regiões urbanas e rurais interagem em busca de outras opções de vida. Esta interação, no ambiente rural entre grupos de diferentes origens, se torna possível devido, principalmente, ao caráter multifuncional que o campo apresenta e que possibilita o aprimoramento das atividades voltadas à produção agrícola, ao turismo e à recreação rural (BRANDEMBURG, 2005; CARNEIRO, 1998). Para Peixoto (2004), esse movimento significa o desaparecimento do mundo rural como um espaço exclusivamente agrícola e o seu renascimento com características e ocupações diferenciadas. Ele

argumenta que toda característica cultural de uma sociedade está em constante transformação, independentemente da velocidade e da concentração demográfica.

Para Camargo (2010), os agricultores atuais não são mais profissionais com características essencialmente tradicionais, e que é exatamente por possuir um caráter pluriativo que conseguem conciliar sua produção com as necessidades e exigências ambientais, por exemplo. Wanderley (2000) também afirma que o rural não fica parado no tempo, e que evolui de acordo com suas necessidades e condições. Dá-se assim o exercício de adaptação e transformação contínua de técnicas tradicionais de trabalho.

Dessa forma, torna-se complexo definir as novas ruralidades e os novos atores que estão se formando a partir da quantidade de influências e mudanças ocorridas no meio rural. Do mesmo modo, há certa dificuldade em se estabelecer o neorrural como uma categoria censitária, uma vez que as motivações que os levam a imigrar para o campo e se estabelecer, bem como desenvolver uma atividade econômica na região ou simplesmente utilizar o espaço para o lazer, podem acontecer por motivações distintas e por períodos descontínuos.

Para tratar da reocupação do espaço rural e da transformação de práticas agrícolas e não agrícolas, Brandenburg (2005) remete à teoria da reflexividade social de Anthony Guiddens. Ele explica como os novos personagens deste rural reconstruído buscam seus referenciais em modelos passados para construir uma forma própria de vida. A reflexividade em uma sociedade consiste na mudança de antigos paradigmas, através da tomada de consciência dos problemas destes mesmos modelos. São mudanças geradas a partir de momentos de incertezas em relação aos aspectos que condicionam a vida dos seres humanos.

Segundo Guiddens (1994), o homem de hoje está inserido em um ambiente globalizado, onde ações que ocorrem em determinado local são percebidas em localidades muito distantes; é *destraditionalizado*, pois as tradições passam a ser questionadas,

gerando incertezas que vão permitir que uma sociedade se torne reflexiva, isto é, que busque em suas memórias/modelos as melhores formas de agir e pensar. É a partir da combinação de saberes - o conhecimento do antigo e da escolha pelo novo (da construção do novo) - que se estabelece o ato de reflexividade.

É o que Guivant (1997) chama de hibridização de conhecimento, processo que permite que novas práticas sejam introduzidas e combinadas ao conhecimento que já existe e que fora acumulado anteriormente. Dentro do ambiente rural, quando ocorre o processo de modernização da agricultura com a introdução de novas técnicas voltadas para a uniformização da produção, mesmo sendo assimiladas e difundidas, também são transformadas pelos agricultores e adaptadas às suas necessidades, uma vez que seu conhecimento anterior não foi totalmente perdido. Isso quer dizer que apesar do esforço para que novas técnicas introduzam um formato homogêneo (e único) de produção agrícola, não é possível evitar a transformação ou a combinação de conhecimentos, que resultam no aprimoramento de suas práticas.

Tanto a hibridização do conhecimento quanto a reflexividade são frutos da interface de saberes globais, tradicionais e científicos. Assim, admite-se que práticas tradicionais não devem ser entendidas como verdade absoluta e, do mesmo modo, o saber científico. “Com este conceito aponta-se a natureza heterogênea dos conhecimentos, resultado de processos de modificação, invenção e reapropriação de outros conhecimentos, num fluxo contínuo” (GUIVANT, 1997, p.428).

O surgimento de populações neorrurais pode ser considerado, segundo Carneiro (1998), como uma operacionalização das interações que ocorrem no mundo urbano e rural, sendo necessário aprofundar-se no ponto de vista sociológico na compreensão dos significados dessas interações e não simplesmente delimitar onde começa o rural e onde termina o urbano. Segundo a autora, não é a penetração de um mundo no outro que faz com que surja um novo movimento, mas sim a

vontade de grupos sociais distintos de interagirem e conhecerem modelos de vida diferentes. O objetivo principal não é apenas substituir suas práticas, mas construir novas relações sociais.

Os novos atores que emergem de um processo social não foram criados a partir de políticas públicas, mas surgiram em resposta a situações sociais diversas. Os neorrurais, portanto, provêm de um movimento de mudança no contexto geral do mundo urbano e rural e não só em função da reocupação destes espaços. Este diz respeito às populações que possuem, além de uma racionalidade e organização empresarial, motivações que vão além do âmbito econômico, como a busca de um ambiente agradável e saudável, a reconstrução da sociabilidade e um novo estilo de vida. São essas motivações que permeiam também as escolhas de populações tradicionais, que permanecem no campo constituindo sua cultura. Nesse sentido, e em oposição a Giuliani (1990), é possível dizer que os neorrurais se diferem do setor empresarial típico e passam a construir junto a outras populações um novo campo de atuação.

FRONTEIRAS E FLUXOS ENTRE O RURAL E O URBANO

A discussão sobre as fronteiras e os fluxos que ocorrem entre o rural e o urbano tem o objetivo de entender o movimento que se desenha entre esses dois universos para complementar a definição traçada sobre as populações neorrurais, uma vez que eles surgem em detrimento destas novas ressignificações que os espaços, o rural e o urbano, começam a ganhar na sociedade atual. Não se trata de esgotar o assunto, e sim trazer a conhecimento algumas atribuições conceituais.

José Eli da Veiga é um dos autores que vêm se dedicando ao estudo da diferença entre o rural e urbano no Brasil. Baseado em dados de pesquisas censitárias, analisou os conceitos de rural e urbano utilizados oficialmente no Brasil. Aqui é considerada urbana toda a sede de município (cidade) e de distrito (vila),

independentemente de suas características estruturais ou funcionais. E é com base nessa definição que temos o resultado de que 81% da população brasileira é considerada urbana, sendo que em 1.176 (21,35%) das 5.507 sedes de município, apesar de serem constituídas por centros administrativos, prefeitura, câmara, entre outras instituições públicas fundamentais para a constituição de uma sede, tinham menos de 2.000 habitantes. E que, de acordo com dados censitários de 2000, em um quarto de todos os municípios de pequeno porte e com características rurais houve aumento populacional de 31,3%, enquanto que no Brasil como um todo houve um crescimento de 15% no período de 1991-2000 (VEIGA, 2005).

Além da utilização de dados numéricos e da proposição de outros critérios para garantir um melhor aproveitamento da pesquisa censitária no Brasil, Veiga (2005) também discute a questão social e os vínculos que se apresentam quando se trata das peculiaridades entre o urbano e o rural. Ele defende que, para termos um melhor entendimento de como se apresentam os conceitos de rural e urbano, é preciso também dedicar-se ao entendimento da relação que existe entre esses dois conceitos, e não simplesmente indicar suas diferenças.

Ambas as categorias, rural e urbano, podem ser consideradas históricas e passíveis de transformação (WANDERLEY, 2000). Campo e cidade sofreram transformações com a introdução do modo capitalista de produção. As indústrias utilizaram mão de obra de agricultores que migraram em busca de condições melhores de vida, uma vez que a produção rural torna cada vez mais direcionada ao setor industrial e de exportação. Isso resultaria na desagregação das sociedades rurais com suas práticas culturais, sociais e econômicas. Elas passariam a integrar os movimentos das cidades urbanizadas.

No entanto, não podemos esperar que este movimento seja único e que sozinho esvazie as áreas rurais chegando ao ponto de culminar com a extrema urbanização do Brasil. Existem

regiões rurais que apresentam crescimento duas vezes maior (31,3%) do que o Brasil de forma geral (15,5%). Isso significa que o movimento em direção aos centros urbanizados não é o único fluxo migratório e que existem novas formas de se ocupar os espaços no país. Segundo Veiga (2005), este fenômeno, que acontece principalmente nas regiões Sul, Sudeste e Nordeste, propiciou o crescimento em algumas regiões, mas que ainda era pouco conhecido.

Wanderley (2000, p.89) também aponta para o fato de que a modernização não uniformiza a agricultura e a vida rural, e que “em seu sentido mais amplo, redefine, sem anular, as questões referentes à relação campo/cidade” retomando então a teoria da hibridização do conhecimento proposta por Guivant (1997).

São essas transformações que possibilitam o surgimento de novas ruralidades e que significam novas formas de ocupar o espaço rural e de usufruir de suas múltiplas possibilidades, sejam elas de produção agrícola, turística, recreativa, cultural ou até mesmo industrial. Para Veiga (2005), este fenômeno representa um *nascimento do rural* e não um *renascimento*, uma vez que, na história do Brasil, este movimento é novo e o que se observa hoje não traduz as relações que se desenvolviam no passado nestes mesmos espaços. São resultados de *fluxos migratórios* inversos, isto é, de pessoas que saíram das cidades em direção ao campo e de fluxos de retorno, de familiares que retornam às suas cidades de origem trazendo consigo outras referências socioculturais.

Wanderley (2000) aponta que essa dinâmica social do meio rural é resultado de uma série de fatores. O primeiro deles é a descentralização da economia, por exemplo, com o desenvolvimento de outros centros econômicos de menor porte e que apresentam condições de escoar a produção agrícola; a facilidade de serviços como saúde, educação e transporte. Tudo isso traz certa paridade de padrões entre rural e urbano, além de proporcionar a modernização do meio rural, o que leva a um aumento demográfico nestas regiões, quando não há mais

migrações para as cidades e sim uma tendência de retorno ao campo. Segundo a autora “o meio rural sofrerá um profundo processo de diversificação social e suas relações com o meio urbano perderão definitivamente o caráter de antagonismo, em benefício das relações de complementaridade” (WANDERLEY, 2000, p.96).

Sabourin (2011) analisa a *correspondência entre relações sociais e conhecimentos técnicos* que ocorre, necessariamente, onde existe um agrupamento de pessoas de uma determinada comunidade, que desenvolve especificidades técnicas diferentes e que compartilha de objetivos em comum, como o desenvolvimento de uma atividade ou de um produto. São saberes e conhecimentos distintos que juntos se organizam para um mesmo fim dividindo o sucesso ou o insucesso de suas atividades. São redes de pessoas, de conhecimentos e técnicas variadas.

Segundo Veiga (2005), há o conhecimento sobre a necessidade de estimular, em outras regiões ou mesmo nas que já desenvolvem um trabalho mais específico voltado para o desenvolvimento local, o fortalecimento dessas relações e a sua institucionalização. O que precisa ser realizado é a aproximação da informação às práticas, com ações menos setoriais e mais intermunicipais, ações conjuntas entre setores privados, estatais e de participação civil principalmente.

A construção de um novo olhar e de novas práticas sobre as delimitações entre rural e urbano parte, portanto, dos protagonistas desse movimento. São eles que fornecem novas significações aos ambientes e que contribuem para a formação de grupos articulados de pessoas que vão buscar na constituição de redes sociais (aproximação ou interação de diversos grupos) a legitimação de seus atos e interesses. A participação do Estado neste processo é fundamental, mas não ocorrerá de maneira eficaz sem a participação efetiva dos cidadãos.

AS REDES SOCIAIS, POLÍTICAS PÚBLICAS E A MULTIFUN- CIONALIDADE

O reconhecimento da multifuncionalidade da agricultura, de acordo com Sabourin (2011), acontece através de sua institucionalização e de sua transformação em objeto de políticas públicas. No entanto, o autor sugere que as práticas precedem a atuação estatal como agente facilitador e viabilizador do desenvolvimento rural sustentável, ou seja, *perene*, que pode ser continuado. Quando não há um *processo histórico e social* em uma comunidade, quando não há interesse coletivo ou quando uma política pública é criada de acordo com interesses políticos conjunturais, as iniciativas tendem a se esvaír antes do objetivo ser alcançado ou reformulado.

Portanto, torna-se relevante a análise da construção histórica e social destas experiências. A justificativa em termos de multifuncionalidade é aquela do interesse geral, mais especificamente, em relação aos dispositivos que asseguram o manejo de recursos que interessam simultaneamente à produção agropecuária e às demais funções de interesse público ou coletivo de ordem ambiental, social, cultural e econômica (SABOURIN, 2011).

A construção de redes sociais ou de comunidades acontece a partir da união de grupos ou pessoas sem relações hierárquicas estabelecidas e que, portanto, estabeleçam relações de horizontalidade em suas vinculações. Possuem interesses em comum, mas sua composição tende a ser heterogênea e em geral agregam pessoas jurídicas ou físicas de diversas naturezas. A heterogeneidade de composição destes grupos e por consequência de suas atividades (econômicas, sociais ou culturais) é uma das principais características a ser considerada no momento da concepção de políticas que auxiliem determinados grupos. No geral, as diferenças são fragmentadas e diferenciadas. O estabelecimento de demandas coletivas é um aspecto importante na constituição das redes (BONNAL; MALUF, 2007).

Bonnal e Maluf (2007) afirmam que, em meados dos anos 1990, começaram a surgir alguns dos elementos que dão enfoque à multifuncionalidade da agricultura e do espaço rural no âmbito das políticas públicas no Brasil. Até então, a visão predominante considerava o espaço rural como um espaço exclusivamente voltado para a produção agropecuária. A reformulação dessa postura levou a interpretação das unidades familiares para além de sua dimensão produtiva:

ambos os enfoques, sobre os múltiplos papéis da agricultura e sobre os territórios, estão subjacentes às manifestações de retórica ‘não produtivista’ que têm se multiplicado no Brasil – assim como em várias partes do mundo – em tensão com o linguajar hegemônico do agronegócio (BONNAL; MALUF, 2007, p. 2).

É também nesta mesma época que se caracteriza o termo multifuncionalidade no Brasil, mais especificamente durante a conferência Eco 92, realizada no Rio de Janeiro (SABOURIN, 1992). O termo passa a ser reconhecido pela sociedade e a atividade rural começa a ser entendida como algo além da produção agropecuária, adquirindo funções sociais, ambientais, econômicas ou culturais.

Bonnal e Maluf (2007) e Sabourin (2011, 2012) mostram que políticas públicas criadas em função de experiências vividas por redes e comunidades que conseguiram manterem-se estáveis, possuem muito mais relevância e fundamentação, além de observar com maior adequação às necessidades do público e os objetivos que procuram alcançar. O foco na territorialidade¹ e na multifuncionalidade da agricultura permite um envolvimento ampliado das comunidades com seus territórios e, conseqüentemente, da produção agropecuária.

As políticas territoriais têm como enfoque principal o território, em toda sua complexidade, por isso sua relação direta com o termo multifuncionalidade. Segundo Bonnal e Maluf (2007), são cinco os pontos principais que podem ser destacados

¹ Os conceitos de território e territorialidade são emprestados da Geografia e utilizados de maneira muito abrangente pelas Ciências Sociais. O principal foco na utilização destes termos é a compreensão de que os espaços podem ir além de suas fronteiras políticas e geográficas. Um território é um espaço de encontro de práticas sociais e culturais semelhantes que podem estar ligadas a um ou mais grupos de pessoas

nas políticas territoriais: a) dinamização das atividades econômicas; b) implementação de infraestrutura física; c) gestão de recursos naturais; d) construção e/ou promoção de identidades; e) aperfeiçoamento da governança. A adoção desta perspectiva traz à tona outros temas relacionados ao exercício das práticas agrícolas e rurais e que também vão resultar em uma adequação e aprimoramento da produção.

Ganham relevância os programas que atuam “como instrumentos de re-equilibragem social e territorial, ao mesmo tempo em que se colocam novas questões para as políticas setoriais” (BONNAL; MALUF, 2007, p.214). No mesmo sentido, Sabourin (2011) destaca que a produção em pequena escala poderá em longo prazo aperfeiçoar ainda mais a produção na medida em que estiver inserida em um contexto de reciprocidade com os demais proprietários (vizinhos, bairros, comunidades) e integrada às redes sociais e técnicas empenhadas não só na produção agrícola, mas também na construção da infraestrutura para todos os atores envolvidos no processo.

No entanto, as políticas atuais que focam a multifuncionalidade e a reconstrução do espaço rural foram formuladas para atender a agricultura familiar especificamente e ainda não estão adaptadas às características da população neorrural. Por exemplo, dentre as linhas oficiais de crédito existentes, as que beneficiam os produtores em áreas inferiores a quatro módulos fiscais são direcionados a famílias com histórico na produção rural ou que têm no mínimo 70% de seus rendimentos provenientes da atividade no campo.

Não há também uma política de assistência técnica para estes novos produtores. Segundo as normas da Emater-MG (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural, no estado de Minas Gerais), só é possível prestar assistência gratuita a produtores familiares que possuem no mínimo 50% de mão de obra familiar, 70% de rendimentos provenientes da produção rural e histórico familiar com atividade no campo. O mesmo tipo de restrição pode ser identificado na condução de atividades

relacionadas ao turismo e outras não agrícolas. No município de Gonçalves (MG), algumas iniciativas neste sentido começaram a ser delineadas, não obstante a reduzida mobilização social por parte dos interessados na busca de alternativas para acessar instituições para viabilizar o acesso a políticas públicas de apoio a seus empreendimentos.

O CASO DOS *ORGÂNICOS DA MANTIQUEIRA* (OM)

Gonçalves encontra-se no Sul de Minas Gerais, na fronteira com o Estado de São Paulo, próximo ao município de Campos de Jordão. Está inserido na Área de Proteção Ambiental (APA) Fernão Dias e contém uma rica malha hidrográfica, parte da qual alimenta um dos maiores sistemas produtores de água no mundo – o sistema Cantareira em São Paulo. Sua população, segundo dados do Censo demográfico do IBGE de 2010, é de 4.220 habitantes. O município encontra-se no bioma Mata Atlântica e sua vegetação pode ser caracterizada como Floresta Ombrófila Densa, apresentando em alguns pontos características da Floresta Ombrófila Mista pela presença da *Araucária angustifolia*, o pinheiro do Paraná. Atualmente, uma das principais atividades econômicas da região está ligada à gastronomia, à agricultura, e ao turismo em bases sustentáveis,

Os *Orgânicos da Mantiqueira* podem ser caracterizados como um grupo de produtores rurais orgânicos representados por uma empresa definida como Sociedade Comercial por Quotas de Responsabilidade Limitada que tem o mesmo nome. Esta sociedade apresenta um ou mais sócios e pode exercer atividades industriais e/ou comerciais; a responsabilidade de cada um é limitada à importância do capital social, dividido em quotas e distribuído proporcionalmente entre eles. A empresa foi montada para viabilizar a comercialização de sua produção orgânica que passou a contar com 46 agricultores orgânicos associados certificados pela ECOCERT.

O grupo *Orgânicos da Mantiqueira* foi formado em 2000. Desde então, foi possível perceber dois processos que acabaram por unir pessoas de origens distintas, mas que possuíam interesses parecidos. O primeiro deles estava ligado à prática da agricultura orgânica (em processo de certificação por auditoria) em Gonçalves. A ideia partiu de alguns agricultores locais que buscavam uma alternativa ao uso de adubação mineral para suas produções e do Sítio A Boa Terra², que buscava alternativas, de clima temperado, para complementar seu leque de produtos. O segundo processo ligado ao surgimento dos *Orgânicos da Mantiqueira* foi a chegada de “turistas” na região e que decidiram mudar sua residência para o município.

O perfil do turista que chegou ao município de Gonçalves no final da década de 1990 – e que deu corpo ao crescente movimento da agricultura orgânica na região – retratava insatisfação com a vida nos centros urbanizados. Seja pela atividade profissional exercida, seja pela falta de contato com a natureza, muitos que chegaram ao município optaram por migrar para áreas mais rurais e, os poucos, mudaram suas atividades econômicas. Alguns se envolveram diretamente com a agricultura, outros apenas com sua comercialização e assim formaram o grupo que, após aproximadamente vinte anos, vinha concentrando grande parte da produção e da comercialização de alimentos orgânicos da região.

A prática da agricultura orgânica foi atraindo outros agricultores do município e também pessoas de diferentes origens e profissões, interessadas em mudar seu estilo de vida, passando então a exercer a atividade de produtor rural orgânico. O diferencial dos *Orgânicos da Mantiqueira* passou a ser o perfil de seus produtores, de seus canais de comercialização e nas redes que conseguiram estabelecer no município, em outras cidades no Estado de São Paulo e no sul de Minas Gerais.

A produção é organizada com vistas a garantir certa diversidade de produtos. Para isso, o grupo planeja de forma coletiva o plantio das áreas e passou a contar com um engenheiro

² O Sítio a Boa Terra, foi um dos primeiros Sítios orgânicos do Estado de São Paulo. Na época, entre 1999 e 2000, eles estavam em busca de produtores de um clima mais temperado para complementar os produtos que ofereciam a seus clientes.

agrônomo responsável pelas questões técnicas do planejamento das áreas e uma equipe responsável pela administração da comercialização da produção.

No entanto, a oferta de produtos apresenta oscilações e, em algumas ocasiões, há uma demanda muito maior do que a produção gerada pode atender. Estas oscilações estão relacionadas, em 80% dos casos, à dificuldade de administração das áreas, a problemas com gestão de mão-de-obra e à necessidade de alguns proprietários estarem frequentemente fora da cidade exercendo outras atividades profissionais. No restante dos casos, a perda da produção está relacionada a fatores bióticos, como o ataque de pragas, e abióticos, como geadas ou excesso de chuva.

Em termos de contribuição para o município, nota-se que o grupo influencia e interage com o mercado local, principalmente em relação ao turismo. A *Feira dos Orgânicos da Mantiqueira* já é considerada um ponto turístico no município, pois muitos turistas na região da Serra da Mantiqueira deslocam-se para Gonçalves justamente para adquirir alimentos orgânicos. A empresa tem dez funcionários fixos, e uma equipe de diaristas que trabalham eventualmente no recebimento de produtos e na organização da comercialização para o atacado.

São poucos os estabelecimentos em Gonçalves que se abastecem com alimentos dos *Orgânicos da Mantiqueira*. Os restaurantes e pousadas adquirem alguns itens de acordo com o movimento nas épocas de temporada e em pequenas quantidades, sendo que um pequeno número de comerciantes locais mantém acordos comerciais diretamente com os produtores. Outro fator importante a ser considerado nesta questão é que quase metade dos produtores entrevistados, além da atividade de agricultura orgânica, possui restaurantes em sua propriedade ou na área urbana do município e buscam, sempre que possível, um abastecimento com produtos próprios e/ou de outros integrantes do grupo.

A população local raramente frequenta a feira de produtos orgânicos. Os principais motivos são os preços praticados e

a identificação do local como algo destinado e frequentado por turistas. Um terceiro fator é que muitos moradores locais possuem suas próprias hortas e compartilham suas produções com parentes, vizinhos e amigos.

Os *Orgânicos da Mantiqueira* são considerados uma referência na prática da agricultura orgânica em Gonçalves e na região do Sul de Minas Gerais, ao lado de outras três organizações: Serras Verdes, Serras de Santana e Maria da Fé. São frequentemente acionados pela Emater/MG (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Minas Gerais), por associações de moradores de bairros rurais da cidade e pela administração da APA Fernão Dias³ para discutir a agricultura orgânica, as possibilidades de comercialização e, principalmente, as opções de certificação e conversão de novas áreas. Muitos produtores convencionais se sentem atraídos pelos preços obtidos e pela redução dos custos de produção. No entanto, eles afirmam sentirem-se intimidados tanto pelo custo e procedimentos administrativos da certificação quanto pelas dificuldades técnicas na fase de transição.

A heterogeneidade do grupo fica clara quando algumas práticas são observadas: a maneira como são entregues os produtos para comercialização, a configuração e o gerenciamento das áreas, as técnicas utilizadas, o volume de produção perdida devido a problemas de plantio e manejo e, por fim, às alternativas encontradas pelas famílias dentro de suas próprias áreas em momentos de crise de produção, de falta de mão de obra, entre outras. Muitas vezes os produtores locais tendem a ser referência no manejo de suas áreas, no trato com o solo e no conhecimento do clima da região. Da mesma forma, os agricultores vindos de outras localidades são referência no gerenciamento da empresa e na formação de projetos, bem como no contato com instituições de fomento ao empreendedorismo, na formação de canais de comercialização, na articulação com grupos de agricultores de outras regiões e no relacionamento com os turistas.

Para muitos destes agricultores, tanto os de origem local como os de origem urbana, há uma série de estratégias para o seu

³ A Área Estadual de Proteção Ambiental Fernão Dias foi criada como medida compensatória da duplicação da BR-381 Rodovia Fernão Dias. O Objetivo principal para a criação da APA é a proteção das bacias hidrográficas dos rios Jaguari, Sapucaí e Sapucaí Mirim. Foi criada pelo Decreto Estadual 38.925, 17 de julho de 1997. A APA engloba parte de 8 municípios: Toledo, Extrema, Camanducaia, Paraisópolis, Gonçalves, Itapeva, Sapucaí Mirim e Brásópolis. Sua área total é de 180.373 hectares (Área de Proteção Ambiental Fernão Dias, 2009).

estabelecimento na condição de produtor rural orgânico. Muitos buscam outras atividades ou fontes complementares de renda, como o aluguel de tratores para produtores em áreas vizinhas, o aluguel de chalés para turismo, a montagem de restaurantes abastecidos parcialmente com produtos próprios e de colegas do grupo e o beneficiamento de produtos derivados do leite, de frutas e de legumes, ainda que sem certificação. Além disso, parte dos agricultores mantém algum tipo de trabalho em outras regiões, inclusive como consultores, professores e empresários.

NOVAS RURALIDADES, NOVOS ATORES, NOVAS CONTRADIÇÕES: ALGUMAS CONCLUSÕES

Podemos observar alguns pontos importantes que caracterizam a transformação do meio rural: ampliação da infraestrutura, maior relação com o mercado de trabalho e maior territorialização das práticas cotidianas. Peixoto (2004) acrescenta ainda o fortalecimento do setor terciário da economia. Estes pontos estão na base do turismo em áreas rurais e que sua prática começa a interessar e a fascinar tanto a população local como a urbana, que em alguns casos, opta pela busca de um novo estilo de vida.

No entanto, persiste a impressão de que os espaços são pouco suscetíveis às mudanças e que qualquer transformação sugere a descaracterização dos territórios rurais: “este conjunto de ameaças dá frequente azo a discussões de pendor moralista e político que anunciam, em tom de lamentação, e, não raras vezes numa lógica de idealização, o desaparecimento de um mundo harmonioso e virtuoso” (PEIXOTO, 2004, p.5). É preciso, portanto, um novo olhar. Tanto para aqueles que buscam novas alternativas em velhos espaços quanto para aqueles que buscam um novo espaço para recomeçar.

O grupo estudado pratica a agricultura orgânica com certificação por auditoria desde 2000. Sua produção é planejada

de acordo com a necessidade de consumidores externos e de pequenas redes de varejo e atacado, sem deixar de garantir o abastecimento de suas casas e trocas entre familiares. No entanto, eles representam uma mudança na forma como são ocupados os espaços e geridos os sistemas, além do aproveitamento que fazem dos diversos tipos de conhecimento que possuem dentro do grupo. Foi dada também uma interpretação diferenciada ao modo como foi formado os *Orgânicos da Mantiqueira* e aos fluxos – migratórios ou não – oriundos da atividade que eles passaram a exercer no município. Desta maneira, foi possível observar, ainda que dentro de um período muito curto de tempo, o impacto das populações neorrurais no município de Gonçalves.

Impulsionados pelo aumento do turismo na região, o município passou por um momento de ocupação de terras que antes eram exclusivamente ocupadas por agricultores locais e que aceitaram vender parte delas instigados pela especulação imobiliária e por um ganho financeiro maior e mais rápido do que o permitido pela agricultura. A população local percebe que muitas de suas características culturais são modificadas e seu espaço é ocupado e transformado por uma população com um novo perfil sociocultural.

Estes novos atores de origem urbana já compõem o universo da população local, que em geral cria uma fronteira bastante nítida em relação aos “turistas”, que representam uma ameaça e um questionamento de valores, práticas e formas de organização social.

Portanto, se, por um lado, os neorrurais geram um dinamismo econômico, sobretudo pelas oportunidades abertas pelo turismo e pela agricultura orgânica, com um claro aumento na geração de renda do município como um todo, há, por outro lado, a criação de uma divisão entre aqueles que são “da terra” e os “de fora”. Esta segmentação não se limita apenas ao convívio social, mas também às práticas econômicas. Como mencionado anteriormente, a feira de produtos orgânicos da cidade é frequentada apenas por turistas e um dos principais motivos é

que esta, assim como muitos estabelecimentos comerciais da região, foi organizada por “turistas” e para turistas – e não para as necessidades e demandas locais.

A visão da Emater-MG é a de que os *Orgânicos da Mantiqueira* não constituem um grupo que precisa ou que tenha o direito de usufruir de seus serviços, pois não se caracteriza como agricultura familiar, já que, apesar de deterem pequenos estratos de terra e apresentarem uma produção pequena e diversificada, operacionalizam suas atividades com a contratação de força de trabalho. A própria instituição tem dificuldade de caracterizar o perfil dos produtores (orgânicos ou não) da região e enfrenta um dos maiores dilemas junto aos agricultores convencionais de batata e cenoura: a necessidade de conversão da agricultura convencional para a agricultura de base ecológica⁴ e a capacitação da população para a atuação no turismo rural, visto que todo o município se encontra na APA Fernão Dias.

O dinamismo das relações humanas e, portanto, de uma sociedade, é consequência das interações que existem entre os indivíduos. A vinda de novos habitantes para o ambiente rural impacta também na forma como as conexões são estabelecidas. A área urbana do município encontra-se em expansão, resultado, principalmente, das atividades relacionadas ao turismo, mas percebe-se claramente uma resistência local, inclusive dos que migraram para Gonçalves, pela relativa precariedade da infraestrutura e a consciência do impacto que esse tipo de expansão teria no ambiente natural, colocando o município frente a um dilema em relação ao seu modelo de desenvolvimento.

Os atores envolvidos nesse processo começam a ampliar, através de diferentes mecanismos, o debate sobre as mudanças geradas pela influência do turismo na região. A atuação dos neorrurais pode ser pensada como um processo contraditório, que, por um lado, leva a uma expansão da agricultura orgânica e do turismo, da multifuncionalidade do espaço rural, que viabiliza uma redefinição de estilos de vida e de projetos econômicos,

⁴ Segundo o Zoneamento Ambiental definido para a APA Fernão Dias, o uso de agrotóxicos é proibido em zonas de vida silvestre e de uso restrito em zonas de conservação com concentração de atividades agropastoris e silviculturais. Essas e outras determinações estão disponíveis no plano de gestão da APA e representam para a população de Gonçalves um problema, uma vez que todo o município está inserido na área de proteção ambiental (Área de Proteção Ambiental Fernão Dias, 2009).

mas que, por outro, também gera novas disputas, hierarquias e relações assimétricas. É, no entanto, um processo comum de formação de uma sociedade, ou de novos grupos de pessoas, onde novas interações tendem a surgir modificando antigas configurações.

É preciso ainda, além de perceber e compreender o surgimento de novos atores no território rural, dedicar especial atenção ao novo comércio de produtos orgânicos praticado por esses e outros atores em diversas regiões do país, uma vez que esta atividade vem se mostrando cada vez mais rentável. A dificuldade em produzir e se estabilizar dentro de uma atividade que demanda investimento a médio e longo prazo faz com que inexista um cuidado especial na formação de um mercado consumidor próprio.

Este ponto pode ser considerado, entre todos os outros observados, como a maior crítica ao sistema orgânico de produção e sua adequação aos padrões convencionais de consumo, quando poderiam, a princípio, investir na educação e formação de um novo mercado consumidor. No entanto, é preciso que se dedique mais tempo e estudo para entender como são formadas essas dinâmicas entre os diferentes grupos e como eles podem construir um novo modelo de comercialização e convivência que lhes garantam o sustento das atividades comerciais, culturais e sociais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Área de Proteção Ambiental Fernão Dias (APA FERNÃO DIAS). Plano de Gestão. Out, 2009. Disponível em: <http://sites.google.com/site/apafernaodias/plano-de-gestao>. Acessado em: 18 dez. 2010 às 13h00.
- BONNAL, P.; MALUF, R. S. Políticas de desenvolvimento territorial e a multifuncionalidade da agricultura familiar no Brasil. *I Colóquio Internacional de Desenvolvimento Territorial Sustentável*, Florianópolis (SC), agosto de 2007.
- BRANDEMBURG, A. Ciências sociais e ambiente rural: principais temas e perspectivas analíticas. *Ambiente & Sociedade*, vol. VIII nº 1, jan./jun. 2005.
- CAMARGO, R. A. L. *Agricultura Familiar e ruralidade em Ouro Fino – MG*. 2010. Tese (Doutorado). Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Engenharia Agrícola.
- CARNEIRO, M. J. Ruralidade: novas identidades em construção. *Estudos Sociedade e Agricultura*, vol. 11, p. 53-75, out. 1998.
- GIULIANI, Gian. M. Neo-ruralismo: o novo estilo dos velhos tempos. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 14, p. 59-67, 1990.
- GUIDDENS, A. Admirável mundo novo: o novo contexto da política. *Cadernos CRH*, Salvador, n. 21. p. 9-28, jul./dez. 1994.
- GUIVANT, J. S. Heterogeneidade de conhecimentos no desenvolvimento rural sustentável. *Cadernos de Ciência & Tecnologia*, Brasília, v.14, n.3, p. 411-446, 1997.
- PEIXOTO, P. O desaparecimento do mundo rural. *VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais: A questão social do novo milênio*, Coimbra, Centro de Estudos Sociais da Faculdade de Economia. Universidade de Coimbra, 16, 17 e 18 de setembro de 2004.

SABOURIN, E. *Sociedades e Organizações Camponesas. Uma leitura através da reciprocidade*. Editora UFRGS. Porto Alegre, 2011

SABOURIN, E. A construção social dos mecanismos de qualificação e certificação entre reciprocidade e troca mercantil. *Revista Espaço de Diálogo e Desconexão*, Araraquara, v.4, n. 2, jan/jul 2012.

SABOURIN, E. Reciprocidade e Análise de Políticas Públicas no Brasil. *Ruris*. Volume 6, Número 2, set. 2012.

VEIGA, J. E. O Brasil rural ainda não encontrou o seu eixo de desenvolvimento. *Estudos Avançados*, São Paulo, Universidade de São, Paulo, vol. 15, n, p. 43, p. 101-119, 2001.

VEIGA, J. E. A relação rural/urbano no desenvolvimento regional. *Cadernos do CEAM*, Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares da Universidade de Brasília, UnB, vol. 17, p. 9-22, 2005.

WANDERLEY, M. N. B. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – o “rural” como espaço singular e ator coletivo. *Estudos Sociedade e Agricultura*, n. 15, p. 87-145, out. 2000.

NÁDIA JAROUCHE AUN - Mestre em Agroecologia e Desenvolvimento Rural – UFSCar. Email: nadiarpe@gmail.com

LUIS ANTÔNIO CABELLO NORDER - Departamento de Desenvolvimento Rural; Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Departamento de Desenvolvimento Rural, Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Email: luiz.norder@ufscar.br

GIOVANNA GARCIA FAGUNDES - Bióloga. Departamento de Biologia Animal, Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Email: giovanna@unicamp.br

